

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
TURMA CARLOS NELSON COUTINHO

FRANCISCA DE SOUSA ESTÁCIO

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: demandas e possibilidades de  
inserção profissional. Um estudo de caso do Acampamento Dom Tomas  
Balduino

Rio de Janeiro  
2015

FRANCISCA DE SOUSA ESTÁCIO

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: demandas e possibilidades de inserção profissional. Um estudo de caso do Acampamento Dom Tomas Balduino.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a conclusão do curso de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Maristela Dal Moro.

Rio de Janeiro  
2015

## FRANCISCA DE SOUSA ESTÁCIO

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: demandas e possibilidades de inserção profissional. Um estudo de caso do Acampamento Dom Tomas Balduino.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Maristela Dal Moro  
Presidente da Banca/orientadora  
Escola de Serviço Social – UFRJ

---

Gláucia Leis Alves  
Membro da Banca  
Escola de Serviço Social – UFRJ

---

Leile Teixeira  
Membro da Banca  
Escola de Serviço Social – UFRJ

Rio de Janeiro

2015

## Resumo

Este trabalho tem como objeto de estudo a Questão Agrária brasileira e a inserção do Serviço Social em Acampamentos do MST. No caso específico do estudo buscamos apreender como se constituem as demandas sociais no campo, e como poderia se concretizar a inserção de assistentes sociais em acampamentos, e suas demandas explicitadas a partir da questão agrária brasileira. O estudo demonstra que a problemática da questão agrária brasileira é fruto do processo histórico de acumulação capitalista, que no caso brasileiro ocorreu mediante a colonização e concentração fundiária da terra para a garantia da manutenção do mercado para exportação. A partir do estudo pudemos notar a fragilidade das políticas implementadas pelo Estado para o campo, o que conseqüentemente torna frágil a inserção profissional. Constatou-se também que a inserção profissional junto às famílias acampadas será desafiadora pela invisibilidade que esse tema tem dentro do Serviço Social, uma vez que o conjunto da categoria ainda não o visibiliza como demanda profissional. É nessa direção que se colocam os desafios para o profissional que atua neste espaço ocupacional: apreender as particularidades deste segmento e tentar propor alternativas que possibilitem construir um novo fazer profissional.

**PALAVRAS – CHAVE:** Serviço Social, Questão Agrária, Inserção Profissional e Movimentos Sociais.

*O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.*

*(Marilda Yamamoto)*

## **Agradecimentos**

Após estes cinco anos de caminhada, agradecer a todos que contribuíram para este momento se concretizar é uma das tarefas mais prazerosas, pois sem o apoio do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – com certeza não seria possível a realização deste sonho, um sonho que vem de família “a conclusão da graduação”. Obrigado MST que com certeza eu não teria chegado tão longe se não fosse esse apoio da luta da classe trabalhadora.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maristela Dal Moro pela paciência, companheirismo e preciosas contribuições não só na construção deste trabalho, mas durante todos os momentos importantes em que á requisitei em minha vida acadêmica.

Gostaria de agradecer imensamente a minha mãe, que mesmo distante sempre me deu força para estudar, para realizar a construção desse sonho meu e dela, da materialização da graduação, pois em nossa família tenho oito irmãos, apenas eu e minha irmã mais velha tivemos essa oportunidade até então. Agradecer a minha segunda mãe Maria Daluz, pelo apoio e carinho mesmo estando longe.

Gostaria de fazer nesse espaço um agradecimento especial a minha cunhada Lenir pela dedicação e carinho que teve durante essa caminhada, pelos cuidados de nossas filhas Ângela e Rafaela cuidados esses que sem ela não estaríamos materializando esse sonho, aqui fica o meu Muito Obrigado.

Agradecer minha sogra Maria Terezinha que têm sido mãe para mim, aos meus cunhados Gerson, Leniany e Gilmar pela força e apoio. A Rosa pelo apoio e carinho.

Quero agradecer ao meu companheiro Gilvan, que mesmo o curso de Serviço Social não ser sua primeira escolha para graduação topou o desafio de estudarmos juntos. Isso para a materialização de um sonho em comum, sermos mãe e pai durante este curso, mesmo sabendo do desafio de cuidar de uma pequena e estudar. Muito obrigado pelos carinhos e a cumplicidade que temos um ao outro Te Amo.

Agradecer a minha pequena Sofia que mesmo me dando muito trabalho para a construção desse TCC, me dar muitas muitas alegrias com sorrisos e abraços em momentos de desânimo.

Agradecer também a Elizete, Luana, Vanderly, Rose que sempre me deram força nos momentos de desânimos com trabalhos das disciplinas. A Franciele, Sara, Ivan, Vanderlei por todos os momentos em que tivemos juntos.

Agradecer as companheiras que cuidaram de minha pequena durante as etapas para que eu pudesse estudar, muito obrigado pela contribuição.

Agradecer aos campos de estágio pelo apoio e acolhimento para a experiência de desenvolver praticas que velha á contribuir com minha formação profissional, em especial ao Serviço Social do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, na pessoa das supervisoras Viviane Cristina e Vanessa. E ainda ao Serviço Social da Casa da Ciência da UFRJ, a supervisora Telma Gil á todas vocês o meu obrigado.

As professoras da Banca de Defesa, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gláucia Lelis (UFRJ) e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leile (UFRJ), obrigado pelas contribuições e por aceitarem prontamente contribuir para o aprimoramento deste trabalho, em especial a professora Leile que sempre esteve presente nesta construção.

Aos meus amigos do curso, especialmente a Elizete pela paciência e dedicação que tivemos uma a outra durante esses cinco anos.

Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para este momento se materializar.

## Sumário

Introdução.....	09
<b>1.Luta pela Terra no Brasil.....</b>	<b>12</b>
1.1. O MST e a luta pela terra no Brasil.....	17
1.2. MST e o debate acerca da Reforma Agraria Popular.....	24
1.3. Breve resgate da Luta pela terra no Estado de Goiás.....	27
1.4. A história do MST em Goiás.....	31
<b>2. Serviço Social, objeto de atuação e contemporaneidade.....</b>	<b>34</b>
<b>3. Acampamento Dom Tomas Balduino e as demandas ao Serviço Social.....</b>	<b>42</b>
3.1. Acampamento Dom Tomas Balduino – um breve resgate de sua historia.....	45
3.2. Uma breve reflexão acerca das demandas e a inserção do Serviço Social nesse espaço.....	49
Considerações finais.....	54
Referências.....	56



## Introdução

Este TCC (trabalho de conclusão de curso) é apresentado a Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título bacharel em Serviço Social. É resultado da sistematização dos diversos questionamentos e inquietações surgidas ao longo da trajetória do curso e da militância da autora. Sendo assim, compreender a relação entre Serviço Social e questão agrária tendo em foco o acampamento Dom Tomas Balduino, tornou-se o tema central que norteou os estudos que compõem este trabalho.

As reflexões aqui postas sobre a configuração do espaço profissional no campo tem como base a realidade agrária brasileira, como espaço de luta dos trabalhadores no enfrentamento ao grande capital.

Este estudo busca compreender a configuração da questão agrária e a particularidade brasileira no processo de acumulação do capital a partir da concentração de terras. Este processo propiciou o agravamento das expressões da questão social, especificamente no que se refere às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do campo.

O estudo procura apreender a relação entre o Serviço Social e a questão agrária, bem como as potenciais demandas colocadas a partir da organização dos trabalhadores e do protagonismo dos movimentos sociais. Essa luta colocou para o Estado a necessidade do reconhecimento destas demandas o que pode indicar a ampliação das possibilidades de inserção profissional. Entretanto, este estudo também aponta para a frágil relação entre o Serviço Social e a questão agrária e a necessidade de pautar esse tema para o conjunto da categoria profissional.

Os estudos e pesquisas acerca desse tema indicam que a relação entre Serviço Social e Questão Agrária é algo desafiador para a profissão no Brasil, e tem um caráter de permanente busca. Na atualidade, este se torna um tema a ser destacado, principalmente quando se compreende a questão agrária como uma particularidade da questão social, assim como afirma SANT'ANA (2004) apud Ferreira (2015), "a questão social é indissociável da questão agrária, pois reflete as contradições postas pelo capitalismo no meio rural, e no Brasil com

particularidades extremamente perversas”.

Esse trabalho pretende contribuir para aprofundar o debate acerca do Serviço Social e sua relação com a questão agrária como particularidade da questão social no capitalismo contemporâneo. Tem como objetivo identificar as demandas ao Serviço Social que se apresentam nesse âmbito tendo como referência o Acampamento Dom Tomas Balduino no município de Corumbá de Goiás no estado de Goiás. Pretende-se problematizar a ausência da profissão nesses espaços indicando alternativas de inserção profissional considerando que o assistente social é um profissional assalariado e necessita de um espaço institucional.

Segundo Sant`Ana (2012), existe uma dificuldade de percepção da questão agrária pelo Serviço Social, que se traduz pela forma restrita que esta temática aparece para o conjunto da categoria, pois “são apenas as manifestações de problemáticas explicitamente do meio rural”. A autora considera importante o aprofundamento dos estudos sobre a questão agrária no Serviço Social com vistas a possibilitar uma melhor compreensão e inserção profissional. Sendo assim torna-se cada vez mais necessário a percepção e o compromisso dos assistentes sociais com o cotidiano vivenciado por este público, que se faz tão necessário para se pensar a prática profissional junto aos mesmos.

Conforme afirma Dal Moro et al (2011, n/p.) o tema da questão agrária é escasso e com pouca visibilidade. No âmbito do exercício profissional são poucas as experiências, o que leva a um desconhecimento por parte dos assistentes sociais acerca desse tema.

Em meio a este emaranhado de interesses, os assistentes sociais tem um amplo espaço de trabalho profissional, contraditório e desafiador para a construção de uma prática crítica e que atenda os sujeitos coletivos no intuito da construção da emancipação, da autonomia e da liberdade. Dessa forma a prática profissional do Assistente Social é atravessada pelo quadro sócio-histórico atual, que se constitui em novos desafios profissionais.

Discutir a inserção da profissão em espaços ocupacionais que dialoguem com a realidade agrária é imprescindível e pode contribuir para a compreensão que questão agrária e suas expressões são contradições do capitalismo e se

apresentam ao Serviço Social como expressões da questão social e, portanto, são demandas à profissão.

O trabalho ora apresentado está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, relacionado à Luta pela Terra no Brasil, onde, de forma breve procurei identificar como ocorreram os processos de luta pela terra no Brasil, para se estabelecer a relação com a questão agrária.

O segundo capítulo, trata do Serviço Social, objeto de atuação e contemporaneidade, entendendo a prática profissional e seus desafios na atualidade.

E, por fim, no terceiro refere-se ao Acampamento Tomas Balduino, sua origem, organização e perfil dos acampados. Parte-se dessas questões para identificar as possíveis demandas ao assistente social apontando potenciais espaços de inserção do profissional para atender tais demandas.

## 1. Luta pela terra no Brasil

O fundamento de dominação vivido no Brasil por volta dos anos de 1850 era o de exploração, baseado na disputa pela terra, no escravismo, assim como nos aponta Martins:

Antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo: agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros. A mediação do escravismo disfarçara anteriormente esse confronto, fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses (MARTINS, 1986, p.63).

E com o fim da escravidão e a aprovação da então Lei de Terras em 1850, Morissawa (2001, p. 71) aponta que houve “o casamento do capital com a propriedade da terra” na qual a terra se transforma em mercadoria onde somente os ricos, os donos das posses poderiam comprá-la. Tornando assim a lei de terras para regularizar propriedade privada da terra, sendo que o interessado tinha que pagar a regularização à Coroa. Transformando assim “só as pessoas ricas com possibilidades de regularizar suas grandes propriedades junto ao Cartório de Terras” (MOREIRA, 2007, n/p).

A disputa pela terra que teve início nesse momento faz parte do confronto direto entre camponeses e latifundiários<sup>1</sup> a qual vai se aprofundar ao longo do século XX e até os dias atuais.

O que houve com a então mediação do escravismo brasileiro foi um processo de ocultamento dos conflitos anteriores entre latifundiários e camponeses, o fim do trabalho escravo, assim como já sinalizado por Martins,

---

<sup>1</sup> Quando me referir a latifundiários, quero me referir á fazendeiros donos de grandes propriedades, entendendo assim porque ao longo das propriedades dos assentamentos e pequenos agricultores em algum momento também se apresentarem como fazendeiros.

(1986) é então a "revelação de um novo instrumento de dominação", revelou-se assim a contradição que separava exploradores – considerados os donos da terra no Brasil - e explorados, o fim da escravatura foi um marco decisivo na história brasileira.

O Brasil até 1850 se organizava através de um sistema de trabalho e cultivo que era baseado no que Gorender (2005) denominou de *plantagem*<sup>2</sup>, ou seja, um modelo agrícola baseado na monocultura para exportação e mediante a utilização de mão-de-obra escrava. Na concepção do autor a *plantagem* foi um modelo clássico, utilizado no Brasil no período escravocrata.

E ainda no período de transição (capitalismo comercial escravocrata para capitalismo industrial) do modelo *plantagem* grandes fazendas de monocultivo utilizavam-se de trabalho escravo, e seus cultivos eram para exportação. É nesse período que segundo o programa agrário do MST (2014, p24), que "surgiram os primeiros movimentos camponeses e houve muita luta e disputa pela terra".

Segundo Stedile (2005) com a libertação dos trabalhadores escravizados via Lei Áurea de 1888,

Os ex-escravos saem das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigindo para as cidades em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo sua força de trabalho. Como ex-escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, resta-lhes a única alternativa de buscar sua sobrevivência. (STEDILE, 2005, p.26).

Com o fim do escravismo se adensa a forma de organização da produção no Brasil, da produção para exportação, este modelo começa a entrar em crise. O modelo *plantation* chega com o fim do trabalho escravo.

---

<sup>2</sup> Para Gorender (2005) o modelo acerca da *plantagem* se constituiu como uma categoria fundamental do modo de produção escravista colonial que foi desenvolvido no Brasil. Este sistema se apresenta pelos seguintes traços característicos: organização econômica voltada para o mercado, estas destinados ao mercado mundial; trabalho por equipes sob o comando unificado; conjugação estreita e indispensável, no mesmo estabelecimento, do cultivo agrícola e de um beneficiamento complexo do produto; divisão do trabalho quantitativa e qualitativa.

As lutas pela terra no Brasil de (1888 – abolição da escravatura - até 1964 – golpe militar - ) podem ser distinguidas em três grandes períodos segundo Morissawa (2001).

As lutas messiânicas, que se deram entre 1888 e a década de 1930;

As lutas radicais localizadas e espontâneas, entre 1930 a 1954;

As lutas organizadas, com caráter ideológico e de alcance nacional, entre 1950 e 1964. Morissawa (2001, p.86).

No Brasil (1888 até a década de 1930) todas as lutas pela terra tinham um líder messiânico o que Martins (1981), aponta como;

O messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência (MARTINS, 1981, n/p).

As lutas radicais localizadas e espontâneas entre 1930 a 1954, ocorreram em quase todo o território brasileiro mesmo que de forma isolada, como nos apresenta Morissawa (2001, p. 88-92).

os posseiros da rodovia Rio-Bahia as terras de governador Valadares Minas Gerais que se valorizam pela perspectivas de construção da rodovia Rio-Bahia; Grileiros e governo contra posseiros, no estado do Espírito Santo; Trombas e Formoso em Goiás, com a perspectiva da construção da rodovia Transbrasiliana projeto de colonização do governo federal; No norte e sudoeste do Paraná, foi palco de conflitos pela terra envolvendo camponeses, policia e fazendeiros nas décadas de 1940-1950; Sudoeste do Maranhão, na década de 1950 na região de Pindaré Mirim, conflitos de grilagem de terras; Em terras fluminenses, no estado do Rio de Janeiro a grilagem colocou posseiros contra jagunços e policiais; São Paulo, Pontal e Santa Fé do Sul os conflitos e as greves relacionados à questão da terra foram constantes entre as décadas de 1950 a 1960.

As lutas organizadas de 1954 a 1964, surgiram três grandes organizações camponesas segundo Morissawa (2001),

As Ligas Camponesas na década de 1950 em Pernambuco; Ultab<sup>3</sup> criada pelo PCB em 1954, tinha por finalidades coordenar as associações camponesas e criar condições para uma aliança política entre operários e os trabalhadores rurais; Master<sup>4</sup> surgiu no final da década de 1950 no Rio Grande do Sul, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada do Sul. Morissawa (2001, p. 92/94).

Assim do final da década de 40 e até o golpe de Estado de 1964 foram vários os movimentos camponeses que surgiram e organizaram-se nas diferentes regiões do país.

No decorrer do século XX vai se constituir a consolidação das relações capitalistas no campo. Esse processo fica mais intenso a partir de meados do século XX e, principalmente a partir de meados da década de 60 quando se implementa o projeto de modernização conservadora.

Com a renúncia do então presidente Jânio Quadros em 1961, João Goulart - o Jango - assume o então cargo com as propostas de implementar reformas de base, que alterariam as relações econômicas e sociais no país, essas até então nunca realizadas. Por conta disso viveu-se um clima de efervescência para os processos de lutas principalmente em defesa da Reforma Agrária.

A crise política que se arrastava no Brasil no início da década de 1960, causava instabilidade política, ocorriam greves e manifestações políticas e sociais. Foi um período de forte repressão aos movimentos populares e as manifestações em geral. A ditadura torturou e assassinou muitos militantes políticos.

O novo modelo implantado após esse golpe tem fortes rebatimentos na agricultura inviabilizando a realização da reforma agrária e intensificando a modernização da agricultura, processo que vinha se consolidando no decorrer do século XX. O processo de modernização técnica da agricultura brasileira e sua integração com a indústria é caracterizado, segundo Delgado (2010), por um lado,

---

<sup>3</sup> União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

<sup>4</sup> Movimento dos Agricultores Sem Terra.

Pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, equipamentos de irrigação e outros implementos). (DELGADO, 2010 p.85)

E por outro lado Delgado (2010, p.88) aponta que o processo de modernização da agricultura nesse período causou uma integração “agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador”.

As lutas em geral no Brasil sofreram violentas repressões, sobretudo as organizações populares que naquela época representavam os trabalhadores urbanos e trabalhadoras rurais.

Uma estratégia do primeiro governo militar, para diminuir as tensões sociais provocadas pelo fortalecimento da modernização conservadora foi a aprovação da Lei de Reforma Agrária no Brasil o que posteriormente foi denominado de “Estatuto da Terra<sup>5</sup>”.

O Estatuto da Terra segundo Morissawa (2001, p. 99) “tinha uma visão progressista” e com algumas propostas que possibilitariam mexer na estrutura fundiária brasileira, no entanto, isso não se efetivou. E ainda nas palavras da autora o “Estatuto era um faz-de-conta para resolver pelo menos momentaneamente os problemas no campo”.

Embora o Estatuto tenha se configurado como um instrumento estratégico para o controle das lutas sociais da época, o mesmo foi utilizado pelo Estado como um importante instrumento controlador e desarticulador dos conflitos por terras vivido no país no mesmo período.

A partir da década de 70, já tem início a crise do modelo implementado pelo regime militar. Isso possibilitou o fortalecimento das ações, principalmente por parte da Igreja que faz a sua opção pelos pobres, nas palavras de Martins. Nesse

---

<sup>5</sup> Segundo Gomes (2014) A lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, representou um marco na modernização produtiva da agricultura, inserida num processo transitório e contraditório entre as expectativas de ampliação das possibilidades em relação ao trato com a questão agrária (acúmulo criado pela classe trabalhadora nas décadas anteriores, ceifado pelo golpe militar) e o que de fato se verificou com a modernização do latifúndio.



período, a ação de parte da Igreja Católica se tornou fundamental na luta por terra no Brasil.

Segundo Pereira e Alentejano (2014),

Final dos anos 1970 e início da década seguinte, as lutas sociais no campo assumiram nova configuração e magnitude. A modernização da agricultura e as demais políticas implementadas pelo regime de exceção haviam produzido ou acelerado transformações profundas no mundo do trabalho e na vida social. (ALENTEJANO; PEREIRA, 2014 p.83)

Tem início, neste momento, a organização das primeiras ocupações de terras no Brasil, apesar de ainda não serem como um movimento organizado, mas sob forte influência da Igreja Católica, e de setores progressistas que se constituíam como uma resistência à ditadura militar. Foi nesse contexto que surgiu a Comissão Pastoral da Terra – CPT - em 1975.

É neste período também, que parte da Igreja Católica se tornou fundamental nas lutas por terra no Brasil, se tem ações de mudança de atitude de membros da Igreja em favor dos “pobres e oprimidos”. Segundo Pereira e Alentejano (2014, p.83), “uma série de iniciativas foram realizadas no sentido de impulsionar transformações políticas e sociais no meio rural”. Fundada em 1975, a CPT passou a desenvolver ações de denúncia, mediação, e organização de grupos sociais submetidos a condições mínimas de sobrevivência.

No final dos anos 1970 e início da década seguinte, as lutas sociais no campo brasileiro assumiram nova configuração e magnitude. Configurando assim no bojo das lutas novos sujeitos sociais.

### **1.1. O MST e a luta pela terra no Brasil**

Herdeiro de uma longa tradição de lutas pela terra no Brasil, o MST nasceu sob o estímulo da Igreja Católica em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para corrigir as desigualdades em que os camponeses viviam naquele período.

A trajetória histórica do MST está ligada diretamente as grandes concentrações fundiárias que marcam o Brasil desde sua colonização e foram se aprofundando no decorrer do desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Por conta desse processo, aconteceram diversas formas de resistência como, por exemplo: Canudos, as Ligas Camponesas, as lutas de Trombas e Formoso entre muitas outras o quais se tornam a referência para a retomada da luta pela terra e consolidação do MST no final dos anos 70 e início dos anos 80.

Conforme Mançano em seu livro “A formação do MST no Brasil” (2000), o MST nasceu dos processos de ocupação da terra e tem nesta ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária. Segundo este autor, pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de reforma agrária que atenda as demandas dos assentamentos rurais e reconhecimento dos acampamentos.

A origem do MST encontra-se nas lutas isoladas pela terra no sul do Brasil, tendo destaque as ocupações das Fazendas Macalli e Brilhante em 1979 no Rio Grande do Sul, da Fazenda Burro-Branco, em Santa Catarina e da Fazenda Primavera em Andradina São Paulo, ambas em 1980. E ainda em 1981, 700 famílias acamparam na Encruzilhada Natalino no município de Ronda Alta Rio Grande do Sul.

O MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento de massa de caráter sindical, popular e político que luta por terra, pela reforma agrária e por mudanças na sociedade.

Surge nesse mesmo contexto, em janeiro de 1984 o primeiro encontro do MST em Cascavel/Paraná, onde se reafirmou a necessidade de ocupações de terra como uma ferramenta legítima dos(as) trabalhadores rurais, com esse fato iniciou-se o processo de se pensar um movimento com estratégias e preocupações orgânicas, com objetivos e linha políticas para melhor atuação e representação dos trabalhadores (as).

No ano de 1985, em meio ao clima da campanha das "Diretas Já", o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional em Curitiba/Paraná, a palavra de ordem: "Ocupação é a única solução". Neste mesmo ano o então presidente José

Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha como objetivos dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária. No entanto, mais uma vez a proposta de Reforma Agrária ficou apenas no papel.

Com o anúncio da PNRA ocorrem reações contrárias, por parte da classe burguesa da sociedade brasileira – latifundiários empresários rurais e fazendeiros – crescem assim os conflitos por terras, aumenta a violência contra os trabalhadores rurais.

Com a articulação para a Assembléia Constituinte, os ruralistas se organizam criando assim a União Democrática Ruralista - UDR – com objetivos segundo Morissawa (2001, p. 143) de “desmoralizar a Igreja e as entidades que apoiavam os sem terra, e arrecadar fundos para eleger representantes na Constituinte”. Esta atua em três frentes: como braço armado incentivando a violência no campo, organizando a bancada ruralista no parlamento e se utilizando da mídia que foi sua aliada.

Com a derrota do PNRA os ruralistas conseguiram impor emendas na Constituição de 1988 ainda mais conservadoras que o Estatuto da Terra. Vale ressaltar que na Constituição de 1988 os movimentos sociais – trabalhadores rurais - tiveram uma importante conquista no que se refere ao direito à terra, os artigos **184 e 186**. Estes fazem referência à função social da terra e determinam que quando esta for violada a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária.

O processo de eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República em 1989, representou um retrocesso no âmbito da luta pela terra no Brasil, já que ele era declaradamente contra a Reforma Agrária e tinha como base aliada, ruralistas para seu governo. Foram tempos de repressão, de despejos violentos, de muita repressão policial, assassinatos e prisões arbitrárias contra os trabalhadores sem terra.

No ano de 1990 ocorreu o II Congresso Nacional do MST realizado em Brasília e tem continuidade o debate da organização interna, das ocupações como foco principal e sua expansão como movimento nacional. A palavra de ordem desse período era: "Ocupar, resistir, produzir" e segundo Morissawa (2001,

p.146) as “ocupações de terra foram reafirmadas como o principal instrumento de luta pela reforma agrária”.

A década de 1990 no Brasil foi marcada por muita mudanças, tanto políticas quanto econômicas. Em 1994 Fernando Henrique Cardoso vence as eleições para presidente com o propósito de projeto de implantar um governo neoliberal, implicando assim diretamente no aprofundamento das desigualdades sociais. Fortalece-se, ainda mais, neste período o modelo agro-exportação. Ao invés de se incentivar uma produção de alimentos voltados para o consumo interno, a política agrícola brasileira estava voltada para atender as demandas e interesses do mercado internacional.

No ano seguinte em 1995 ocorre o III Congresso Nacional do MST, em Brasília, mostrando a cada congresso e atividades nacionais, como estava crescendo sua base e sua militância. Crescia nesse período a consciência de que a Reforma Agrária é uma luta fundamental no campo, mas que se não fosse uma disputa também do povo nas cidades nunca se teria uma vitória efetiva contra as desigualdades. Por isso o lema (palavra de ordem) para o período foi "Reforma Agrária, uma luta de todos". Nesse período foi, segundo Morissawa (2001, p.153) “onde o MST ganhou maior reconhecimento da sociedade”.

O ano de 1997 foi marcado pela histórica "Marcha Nacional<sup>6</sup> Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária" organizado pelo MST, com destino a Brasília, com data de chegada em 17 de abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás<sup>7</sup>, quando 21 Sem Terra foram brutalmente assassinados pela polícia no

---

<sup>6</sup> No dia 17 de fevereiro de 1997, cerca de 1.300 Sem Terra iniciaram a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. O objetivo era chegar em Brasília no dia 17 de abril, exatamente um ano após o Massacre. Os Sem Terra partiram de três diferentes regiões do país e por dois meses atravessaram a pé diversos municípios do Brasil. Uma das colunas, com integrantes dos estados do sul e São Paulo, partiu da capital paulista com 600 pessoas. Outra, com o pessoal de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia, saiu de Governador Valadares (MG) com 400 integrantes. A terceira coluna partiu com militantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Distrito Federal saíram de Rondonópolis (MG) com 300 pessoas. O percurso de cada coluna foi de cerca de 1.000 km. A chegada em Brasília, cerca de 100 mil pessoas receberam os Sem Terra demonstrando solidariedade e simpatia pela luta por Reforma Agrária. Os marchantes que vieram dos estados do norte e nordeste também se juntaram na capital. Além de chamar atenção para a urgência da Reforma Agrária, a marcha tinha por objetivo pedir a punição aos responsáveis pelos massacres, e celebrar pela primeira vez o Dia Internacional de Luta Camponesa.

<sup>7</sup> O massacre de Eldorado de Carajás ocorreu em 19 de abril de 1996, foi marcado pelo processo de intolerância que ainda persiste contra os trabalhadores rurais, que nada mais fazem do que

Pará. Esta marcha foi considerada um recorde na história do MST. A marcha saiu de três pontos diferentes, uma coluna de São Paulo, outra com pessoas de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia, esta partiu da capital paulista, e uma terceira coluna com pessoas do Mato Gross do Sul, Rondônia, Goiás e Distrito Federal, partindo de Rondonópolis Mato Grosso. A Macha tinha como objetivos principais colocar na pauta a urgência da reforma agrária, pedir punição pelo massacre de Eldorado de Carajás e pela primeira vez celebrar o dia Internacional de Luta Camponesa.

No ano de 2000 em agosto, o MST realiza seu IV Congresso Nacional em Brasília, com a palavra de ordem "Por um Brasil sem latifúndio". Neste congresso se tem o amadurecimento de várias decisões políticas, como por exemplo, segundo Morissawa (2001, p.166), "construir a unidade no campo, preparar militantes para fazer ocupações massivas, participar ativamente na construção de um projeto popular para o Brasil".

Esta década o Brasil sofreu 8 (oito) anos com o modelo econômico neoliberal implementado pelo governo FHC, provocando assim graves danos e o aprofundamento de desigualdades para quem vive no campo brasileiro, fazendo crescer a pobreza, a desigualdade, o êxodo rural, a falta de trabalho e de terra para a produção de subsistência.

Embora o governo de Fernando Henrique tenha propagandeado que seu governo seria o que mais realizaria ações da política de Reforma Agrária, seu governo nunca teve um projeto específico de Reforma Agrária. Durante seus dois mandatos a maioria dos assentamentos construídos foram frutos de ocupações de terras. Ocorre a retirada de subsídios e assistência técnica, além da subordinação da agricultura ao mercado internacional, a década de 90 vivenciou o abandono do campo brasileiro pelo Estado para a pequena agricultura.

O propósito da eleição de Lula em 2001 representou o que poderia ser a vitória do povo brasileiro e ao mesmo tempo a derrota das elites e de seu projeto

---

lutar por seus direitos. Direitos estes que estão assegurados na Constituição Federal que diz no seu Artigo 5º: "A desapropriação por interesse social, aplicável ao imóvel rural que não cumpra sua função social, importa prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária".

de sociedade. No entanto essas promessas não foram cumpridas e essa vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola, mudanças essas necessárias para melhorar as condições de vida dos trabalhadores do campo.

Tal governo tratou as políticas para o campo como políticas compensatórias, de transferência de renda, descaracterizando o que poderia ser garantido como direito. Assim é necessário promover cada vez mais as lutas sociais no sentido de garantir a construção de um modelo de agricultura que se priorize a produção de alimentos e a distribuição de renda para uma sociedade menos desigual.

O 5º Congresso do MST, entre os dias 11 e 15 de junho de 2007 em Brasília, teve cerca de 17 mil participantes, trabalhadores rurais Sem Terra, delegados e observadores internacionais cuja palavra de ordem foi, “Reforma Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular!”. Foi marcado pelo forte debate acerca da reforma agrária está sendo não como um problema dos Sem Terra, mas como uma necessidade para toda a sociedade brasileira, e em especial ao povo que vive de seu próprio trabalho e que precisam de um novo modelo de produção de organização da renda, da economia para todos.

O 6º Congresso Nacional do MST, que aconteceu entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014, em Brasília, teve mais de 15 mil Sem Terra oriundos de 23 estados da federação e mais o Distrito Federal, além das 1000 crianças Sem Terrinha e a presença de 200 convidados internacionais de cinco continentes. Todas essas pessoas se reuniram para participarem de um dos momentos mais importantes do MST para se pensar e consolidar a linha política para o período seguinte que foi “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” este foi o lema do 6º Congresso.

Agora os Sem Terra aprofundam o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular<sup>8</sup>. Popular, porque esta não é só um problema do MST, e sim da população brasileira.

---

<sup>8</sup> Esse conceito de “Popular” para o MST está voltado para a ruptura com os modelos de reforma agrária já propostos pelos governos e não executados. Indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta de resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista, e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores como um todo.

Os principais objetivos do MST foram construídos ao longo da sua história, alguns foram sendo incorporados ao longo de sua existência, e outros existem desde sua criação em 1985. Os objetivos gerais são:

Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade; Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. (Morissawa, 2001, p.153).

O MST luta por uma sociedade mais justa e fraterna com significado para os trabalhadores Sem Terra, de uma busca permanente em solucionar os graves problemas estruturais do nosso país, como as desigualdades sociais e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a exploração do trabalhador urbano, expressões do velho fenômeno designado como questão social. A solução para estes problemas aqui expressos só serão possíveis por meio de um Projeto Popular para o Brasil, este fruto da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras tanto do campo como da cidade e, para isso, é necessário a realização da Reforma Agrária, a democratização do acesso à terra e a produção de alimentos saudáveis para a vida.

O MST traz para a sociedade brasileira o debate da questão agrária não como um simples debate sobre direitos, mas para além do direito traz o acesso a terra como direito a vida é uma melhor condição de vida. E junto consigo o debate da questão agrária traz ainda esta como uma sequela da questão social brasileira, mostrando para a sociedade a extrema desigualdade expressas na questão fundiária.

Por fim a semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando nossos primeiros povos os indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação aqui impostas pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo, a terra, esta como um bem da natureza.

Como imaginar hoje a história desse grandioso movimento - MST - sem o exemplo de nossas lutas Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males. Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Do povo organizado de Contestado? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra – Master - por todos esses exemplos de luta e de resistência esse Movimento é herdeiro e tem o papel de dar continuidade das suas lutas contra essas desigualdades por uma sociedade mais justa, mais igualitária.

## **1.2. MST e o debate acerca da Reforma Agrária Popular.**

O desenvolvimento do capitalismo mostrou que em seus diferentes períodos históricos se deu ênfase a diferentes programas de reforma agrária. Mas é somente a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial do século XVIII, que segundo o programa agrário do MST (2014, p.21) a expressão “reforma agrária” começou a ser utilizada.

No Brasil ao longo de seu desenvolvimento tivemos várias propostas e tentativas de se realizar a reforma agrária. Mas foi somente após a Segunda Guerra Mundial que a expressão e as lutas pela reforma agrária tiveram início através das lutas protagonizadas pelos camponeses, como é o caso das Ligas Camponesas, Ultabs<sup>9</sup> e o Master<sup>10</sup>, estes que agora se constituíam como organizações nacionais, e já a partir de 1961 propunham o lema “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!”.

Os programas de Reforma Agrária defendidos na época pelos camponeses e pelo então governo popular de João Goulart, tinham o objetivo de desenvolver o

---

<sup>9</sup> União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

<sup>10</sup> Movimento dos Agricultores sem terra.



mercado interno para a indústria nacional o que se aproximava com o modelo de reforma agrária clássica<sup>11</sup> burguesa.

Durante toda a década de 1950, e após o golpe militar prevalece o debate do desenvolvimento da agricultura baseado na modernização conservadora e dolorosa para o conjunto dos camponeses.

A década de 1980, com a crise cíclica do capitalismo e o ressurgimento das lutas pela terra, levanta se novamente o tema da reforma agrária, no entanto essas lutas ainda se inseriam nos objetivos de democratizar a propriedade da terra como forma de proporcionar melhores as condições de vida no meio rural.

Para Sant`Ana (2010, n/p) o campo brasileiro pode ser observado como “uma simbiose entre os interesses dos latifundiários e capitalistas de maneira a manter a atual estrutura fundiária cujos índices de concentração permanecem um dos mais altos do mundo”. Para a autora “o modelo de desenvolvimento agrário vigente no país está voltado para a grande agricultura capitalista de exportação de commodities”.

Durante a década de 1990, o MST voltou a colocar na ordem do dia o debate acerca da Reforma Agrária, ganhou força da sociedade como um todo, com apoio de vários segmentos sociais que eram oposição as políticas neoliberais implementadas pelo governo FHC. É nesse período em que o MST protagoniza a luta pela Reforma Agrária no Brasil.

Atualmente a luta pela terra e pela Reforma Agrária mudou de natureza, a esse modelo de desenvolvimento “não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou forças nacionalista”. Programa Agrário do MST (2014, p.31). É o momento dos camponeses construírem um projeto popular de desenvolvimento, visando a Reforma Agrária como urgente e necessária para diminuir as desigualdades sociais.

Com isso, o MST apresenta seu novo programa agrário à sociedade, que tem como base a produção agrícola, a matriz agroecológica. Neste sentido, o

---

<sup>11</sup> São realizadas pelas burguesias industriais; potencializavam o mercado interno através da democratização da propriedade da terra; e buscaram transformar os camponeses em produtores e consumidores de mercadoria.

MST está debatendo com sua base e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária.

Esta deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude.

Portanto, a luta pela Reforma Agrária, agora se transformou em um espaço de luta de classes contra o grande capital. Com isso a luta camponesa deverá ser contra os latifundiários tradicionais e o capital financeiro e empresas transnacionais.

O programa Agrário do MST (2014) se insere na luta da classe trabalhadora, pela construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada e das injustiças e as desigualdades vividas pelo nosso povo.

O MST está debatendo com suas bases e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária<sup>12</sup>. Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade de terra, mas que organize a produção de forma diferente priorizando a produção de alimentos, para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda.

O horizonte de luta continua o mesmo, o de superação do modo de produção capitalista, nossos objetivos de criação são nossos alicerces para essa nova construção. A inserção do conceito “popular” é, pois para identificar a ruptura com a idéia de reforma agrária clássica, desenvolvida nos moldes clássicos da burguesia.

---

<sup>12</sup> Com os seguintes objetivos: 1. Terra, sobre o controle do povo brasileiro e das gerações futuras: 2. Bens da natureza – água e florestas - como um direito de todos os trabalhadores: 3. Sementes, que são patrimônio dos povos e a serviço da humanidade: 4. Produção, desenvolvida sob o controle dos trabalhadores: 5. Energia, como formas que desenvolvam a soberania de cada comunidade, desenvolvimento de forma cooperada de produção de energia: 6. Educação e Cultura, como processo de conscientização, libertação e de elevação cultural e todos e todas que vivem no campo: 7. Direitos Sociais para todos e por último Melhores condições de vida para todos e todas.

O programa agrário do MST não deve ser visto como uma receita pronta e acabada, ao contrário são ideias construídas ao longo de todos esses anos de luta e resistência ao grande capital. Portanto, deve ser visto como uma conquista para o conjunto da classe trabalhadora e em especial a base do MST.

Alentejano (2014) aponta que,

As perspectivas de levar adiante uma reforma agrária substancial permanecem incertas. Pelos padrões internacionais, o Brasil é um dos países mais retardatários do mundo quanto à distribuição de riqueza. Mesmo com uma necessidade palpável e um grande potencial de reforma, as possibilidades atuais de mudança na estrutura agrária enfrentam enormes barreiras políticas. O futuro da reforma agrária brasileira será definido, em médio e longo prazos, por uma constelação de elementos demográficos, econômicos e ambientais, além de uma série de fatores políticos. O encaminhamento de tudo isso nos próximos anos dependerá muito da correlação de forças sociais e políticas, das ideias articuladas na esfera pública e, em última instância, da vontade política dos governantes. Seja qual for o resultado, o movimento social pela reforma agrária tem agitado e fortalecido a sociedade civil brasileira, permitindo o “desenvolvimento durante o longo prazo de *political capabilities* (ou capacidades políticas)” entre os setores populares do campo. (ALENTEJANO, 2014, p.)

A implementação do programa agrário do MST, depende da correlação de forças, não basta só vontade de implementação, é necessário ter força organizada para derrotar o – agronegócio - e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária sem desigualdades sociais.

### **1.3. Breve resgate da Luta pela terra no Estado de Goiás**

O processo de luta pela terra vivido em Goiás não se mostra diferente do já conhecido ao longo da história da luta pela terra brasileira, ocorre meio a conflitos

e expulsões que marcam a Revolta de Trombas<sup>13</sup> e Formoso<sup>14</sup> que é a sua expressão maior nesse contexto.

Na segunda metade da década de 1940 mais especificamente em 1948, com a criação da estrada Transbrasiliana, as terras do então município de Uruaçu se valorizam. Essa valorização das terras ocorre devido ao processo de construção da Br 153 que faz parte do processo de integração da modernização brasileira.

A valorização é concretamente o aparecimento de renda territorial onde ela não existia. A construção da rodovia 153 promove a valorização das terras devolutas, já ocupadas pelos posseiros, assim surge os grileiros<sup>15</sup>.

Com a valorização das terras do município, e tendo em vista que ali viria a fazer parte da futura Rodovia Belém-Brasília, os camponeses originários do Maranhão e do Piauí, mas que viviam em Pedro Afonso, ao norte de Goiás, também chegaram à região. Estes são liderados por José Porfírio e tomam posse de uma área de terras devolutas.

Segundo Motta et al (2009, p.162), “os conflitos têm início quando fazendeiros da região investem numa série de incursões repressivas contra á posseiros com o intuito de expulsa-los das terras onde mantinham a posse”.

As terras, entretanto, foram griladas por um grupo de fazendeiros da região, fortalecendo o processo de grilagem no estado de Goiás, no município de Uruaçu os fazendeiros contaram com ajuda do cartório local este que é segundo Motta et al (2009,p.162) “grileiros profissionais”.

Os conflitos vividos na região já eram muitos quando chegaram à região em 1954 quatro militantes do Partido Comunista do Brasil – PCB - que segundo Cunha apud Motta et al (2009, p.164) a atuação do PCB e Formoso e Trombas era “A partir da luta pela terra dos posseiros com a tática imediata de aglutinação

---

<sup>13</sup> Formoso era uma pequena vila localizada no município de Uruaçu. (Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs) Formas de resistência camponesa: visibilidade de conflitos ao longo da historia, voll. 2009.

<sup>14</sup> Trombas área próxima a Formoso, que seria fundada em 1953 com a chegada dos primeiros posseiros que migraram para a região.

<sup>15</sup> Significa pessoa que se apodera ou procura se apossar de terras alheias, mediante falsas escrituras de propriedades de terras.

e mobilização em uma estratégia revolucionária que, em última instância, tinha por objetivo detonar a revolução brasileira”.

Os enfrentamentos em Formoso e Trombas se acirram no período de 1955/1957, quando em 1957 o governo estadual mandou para a região um forte contingente de policiais para combatê-los. Em maio de 1961 uma comissão de posseiros representando a Associação dos Lavradores de Formoso<sup>16</sup> tendo José Porfírio à frente foram recebidos pelo então governador Mauro Borges de (1961-1964). Segundo Motta et al (2009),

Os posseiros foram firmar um acordo junto ao governo do estado e solicitarem o reconhecimento da legitimidade da ocupação das vilas de Formosa e Trombas e a distribuição das terras em litígio por meio da Associação. (MOTA et al, 2009, p.170).

Em maio de 1963 finalmente os posseiros receberam os títulos de suas posses em Formoso e Trombas. Estes que durante toda a década de 1950 viveram grandes conflitos relacionados a luta pela terra.

Com isso, até 1964, a região de Trombas e Formoso se constituiu em um território livre, com reconhecimento do estado pela vitória dos posseiros sobre os grileiros. Houve a criação do município de Formoso pelo fato de muitos conflitos pelos camponeses que ali viviam, além da eleição de José Porfírio como deputado estadual, que segundo Motta et al (2009, p.171) “tornou-se o primeiro camponês eleito na historia do Brasil”.

Com o golpe militar brasileiro de 1964, se pôs fim a associação do Lavradores de Formoso, isso devido as graves perseguições que se tinham a esse tipo de organização na época, e não foi só o fim desta associação se pôs fim em tantas outras organizações goianas e em todo o Brasil.

Com as perseguições àqueles que se identificavam como líderes de organizações políticas, José Porfírio foi preso em 1972, e foi visto pela ultima vez

---

<sup>16</sup> A Associação de Lavradores de Formoso segundo dados já existia antes mesmo da chegada do PCB nas terras dos grileiros, esta que era sua representação de forma de organização, antes por conselhos de córregos.

no mesmo ano, em Brasília e desapareceu. Seu nome se encontra na lista oficial dos desaparecidos políticos.

Tais processos de repressão ao longo da história brasileira foram sempre para acompanhar mudanças profundas, tendo o estado como mantenedor desses processos - modernização conservadora -.

Delgado (2010) aponta que os “indicadores de modernização ficaram concentrados nas regiões Sul e Sudeste e, parcialmente, no Centro-Oeste”.

Goiás tem significativo crescimento econômico na agricultura nas últimas décadas, destacando-se como um dos maiores produtores de grãos do país.

Conforme Calaça et al (2010)

Modernização que produz, cria, forma, reforma, recria maneiras de se produzir no campo agrícola; que significou reestruturação produtiva do campo brasileiro, especialmente em áreas de Cerrado; expulsão, expropriação do trabalhador e do pequeno produtor, que cultivava o solo com a certeza da festa na beira da “tuia cheia de arroz”. À inserção do Cerrado a lógica produtiva capitalista conferiu papel estratégico à região e vem sendo responsável por um crescente processo de construção de novas territorialidades, que começaram a se delinear a partir da década de 1930, Marcha para o Oeste, mas que foi definitivamente incorporada à dinâmica capitalista do país na década de 1970. O Estado ocupa posição de destaque, neste contexto, por ter transformado o Cerrado brasileiro em celeiro da produção nacional. Este território vem assumindo a marca do processo moderno de produção agrícola brasileira. (CALAÇA et al, 2010, p.273).

Nas palavras de José Porfírio “só a organização leva os trabalhadores a tomar conhecimento da realidade brasileira” Motta et al (2009, p.171).

Com o processo de modernização conservadora da agricultura em Goiás, ocorreu uma diminuição significativa da oferta de trabalho no meio rural, demonstrando assim mudanças no trabalho rural após a adoção das inovações técnicas e tecnológicas para a produção em grandes escalas para exportação, principalmente a produção de grãos e pecuária extensiva.

#### **1.4. A história do MST em Goiás**

Tento como cenário de forte resistência aos conflitos de luta pela terra como foi o exemplo de Trombas e Formoso na década de 1950, Goiás foi cenário de articulação para o surgimento do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - no Brasil.

Em setembro de 1982 se realiza em Goiânia um seminário organizado pela CPT<sup>17</sup> para se discutir os conflitos de terras vividos no país naquela época, e para se pensar no início da organização desses trabalhadores envolvidos nos conflitos.

Estiveram presentes no seminário lideranças de ocupações de terras e agentes pastorais, representando assim doze Estados brasileiros. E foi neste seminário que surgiu a idéia e o debate de organizar um movimento dos trabalhadores rurais no país, então foi elaborada uma carta a todos os Sem Terras do Brasil.

Estiveram presentes lideranças que conduziam os conflitos de terras em Goiás já no primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, que aconteceu em janeiro de 1984 em Cascavel – Paraná.

Em 1985 foram realizados em Goiás as primeiras articulações de famílias Sem Terra pela CPT, CUT<sup>18</sup> e Sindicatos Rurais. A primeira ocupação do MST Goiano ocorreu na fazenda Mosquito – terra grilada – no município de Goiás.

No ano seguinte, janeiro de 1986 acontece o I Encontro Estadual do MST Goiano na cidade de Goiás, onde se realiza o processo de eleição da primeira direção e coordenação estadual e é esta que passa a dá direção aos encaminhamentos do MST nacional.

O MST Goiano começa a se estender por vários municípios, embora não carregava consigo a identidade do MST nacional, devido ter sua origem a partir de articulações da CPT, sendo assim muitas vezes confundido entre MST e CPT

---

<sup>17</sup> Comissão Pastoral da Terra.

<sup>18</sup> Central Única dos Trabalhadores.

e sindicatos rurais. Tinha vários problemas internos e não tinha ainda essa característica de movimento de massa e autônomo como é hoje.

Na segunda metade da década de 1990, especificamente em 1996 o MST Goiano consegue realizar uma ocupação massiva em um latifúndio denominado Santa Rosa, que fica no município de Itaberaí de Goiás a 90 Km da capital (Goiânia). Essa ocupação foi marcada por muitos conflitos com a polícia e pistoleiros, essa situação fez com que a imprensa Goiana levasse para o conjunto da sociedade o debate acerca do MST no Estado. Várias alianças foram feitas devido a esta situação de conflito e apoio do conjunto da sociedade á aquelas famílias, e ainda em 1996 mais quatro pequenos acampamentos foram constituídos.

Outro marco na história do MST em Goiás foi à ocupação da Fazenda Palmeiras e a constituição do acampamento Canudos<sup>19</sup>, em 6 de outubro de 1997, quando 124 famílias ocuparam a Fazenda Palmeiras em Campestre de Goiás. Esta fazenda está localizada em três municípios Palmeiras, Campestre e Guapó. Após cinco anos de luta e resistência (1997 a 2001), finalmente foi criado o assentamento Canudos.

As famílias acampadas desocuparam a fazenda após negociarem a vistoria da propriedade pelo Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária – INCRA - o que deveria ocorrer em no máximo três meses. Na negociação, as famílias acamparam em uma área as margens da BR 060, no município de Guapó próximo ao distrito de Posselândia, a 60 km de Goiânia. Em pouco tempo através do trabalho de base o acampamento chegou a ter 1125 famílias, tornando-se segundo Moreira (2010, n/p) “uma verdadeira cidade de lona preta”.

Este acampamento teve um papel importante para o avanço do MST Goiano, impulsionando a luta pela terra e destacando várias lideranças para contribuir com a articulação do MST em Goiás.

O Movimento começa a se organizar internamente e um novo jeito de organização é trabalhado, quando o MST Nacional delega uma brigada de militantes dos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,

---

<sup>19</sup> O nome do acampamento foi uma homenagem ao arraial de Canudos na Bahia, pois na madrugada da ocupação completava 100 anos do massacre de Canudos na Bahia.



Distrito Federal e Rondônia para resolver os problemas internos e ainda com a tarefa de (massificar) aumentar significativamente os acampamentos do estado. Iniciam-se os processos de direção coletiva<sup>20</sup> com princípios do MST, começa então a surgir novos militantes e lideranças.

É a partir dessas experiências e conflitos que até os dias atuais surgiram vários acampamentos tais como Moreira (2002, p.9) nos apresenta: Padre Josimo em setembro de 1998 com 315 famílias, Zumbi em dezembro do mesmo ano com 200 famílias, Dandara em abril de 1999 com 400 famílias, Dorcelina Folador em dezembro de 1999 com 12 famílias, Carlos Mariguela em dezembro de 1999 com 08 famílias, Antônio Conselheiro em outubro de 2000 com 178 famílias e um exemplo mais recente foi o acampamento Dom Tomas Balduino em agosto de 2014 com 3 mil famílias, este que é alvo deste estudo aqui proposto – da possibilidade de inserção do assistente social junto ao MST nos acampamentos -.

De 1986 até os dias atuais o MST Goiano conquistou vários assentamentos e está presente em 33 municípios de Goiás, e hoje temos cerca de 8 mil famílias acampadas.

---

<sup>20</sup> Todas as instancias do MST desde a base até a direção nacional devem referenciar sua prática nas seguintes dimensões; 1. Divisão de Tarefas, em todas as atividades e instancias deve-se distribuir as tarefas entre o maior número possível de companheiros/as e dar responsabilidade individual pelas tarefas e funções; 2. Disciplina, disciplina significa respeitar o que foi decidido no coletivo, e cada companheiro precisa cumprir com suas tarefas e obrigações; 3. Planejamento, todas as atividades a serem desenvolvidas precisam ser planejadas antes, e distribuídas responsabilidades e funções; 4. Critica e auto-crítica, em todas as instancias e comissões deve-se adotar a prática de avaliações periódicas, onde cada membro tenha a humildade de realizar sua autocrítica e ao mesmo tempo criticar os erros individuais e coletivos dos demais; 5. Estudo, cada militante, membro de instancias ou não deve ser estimulado e ser desafiado a estudar sempre; 6. Vinculação permanente com as massas. Todos os dirigentes, em todos os níveis devem manter vínculos permanentes com o povo. Participar das atividades com as bases acampadas e assentadas envolver-se conhecer e participar junto em todos os momentos.

## **2. Serviço Social, demandas e desafios na contemporaneidade**

Para compreender o surgimento do Serviço Social brasileiro torna-se significativo situar as marcas e os traços de seu surgimento como profissão, para em seguida entender seu significado sócio-histórico e sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, bem como as novas configurações na contemporaneidade. Esse estudo é necessário para compreendermos o significado social da profissão e sua relação com a questão agrária como uma expressão da questão social.

As condições econômico-sociais e políticas para o surgimento do fenômeno designado “Questão Social” estão inteiramente ligadas ao intenso desenvolvimento das forças produtivas no século XIX. Dessa forma a questão social é expressão das inúmeras desigualdades sociais, políticas e econômicas as quais os trabalhadores eram submetidos.

Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operaria impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21).

A “Questão Social” é um termo, próprio de uma sociedade que não vive sobre a égide da escassez, mas aparece com a produção em abundância e a apropriação privada. Portanto segundo Netto (2011) “o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada”. Com isso, há o aprofundamento da questão social e para que não comprometa o desenvolvimento das relações capitalistas é necessário intervir em suas sequelas. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p. 84), o “Estado passa a intervir diretamente nas relações [...] gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social”.

O Estado surge como poder extra econômico dos monopólios segundo Netto (2011) “ele é o seu Estado [...] o Estado funcional ao capitalismo

monopolista é no nível das finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e a valorização do capital monopolista”.

Nestas condições que a “questão social” se torna objeto de intervenção contínua e sistemática por parte do Estado e se põe como alvo as políticas sociais. As políticas sociais sob a intervenção do Estado nas expressões da “questão social” são fruto da capacidade dos trabalhadores de se organizarem e mobilizarem-se.

Portanto a emergência do serviço social como profissão e sua constituição histórico-social é própria da ordem burguesa. Segundo Netto,

é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possa mover práticas profissionais como as do assistente social. Netto (2011, p.73).

De acordo com esse autor, a institucionalização do serviço social enquanto profissão está vinculada diretamente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou seja, mais especificamente na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista.

A profissionalização do Serviço Social não se vincula as formas de ajuda, a filantropia, ela está vinculada diretamente a dinâmica da ordem monopólica e de suas mazelas. De acordo com Netto (2011),

a emergência do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio: enquanto profissão o Serviço Social é indissociável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalização do serviço Social Netto (2011, p.74).

A origem do Serviço Social está entrelaçada ao surgimento da “questão social” e vale dizer que ele surge para dar respostas ao acirramento das contradições relacionadas ao capital/trabalho na ordem monopólica. O serviço social como profissão e com agentes profissionais surgem na ordem monopólica para o controle (da classe trabalhadora) e para legitimação dos setores dominantes e do Estado. Sendo assim o serviço social e a profissão só se tornam

compreensíveis e histórica no âmbito da sociedade burguesa (à altura do capitalismo monopolista). Para (Iamamoto e Carvalho),

O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legítima na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.20).

Segundo (Iamamoto e Carvalho) o serviço social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida a partir da divisão do trabalho, tendo como pano de fundo o processo de desenvolvimento do capitalismo.

O surgimento do serviço social no Brasil ocorre na década de 1930, onde sua atuação vai estar vinculada aos princípios da igreja católica. Vale ressaltar que o Brasil vivia neste período uma tentativa do governo de Getúlio Vargas as propostas de viabilidade de leis trabalhistas, numa mescla de “concessões” de direitos, caridade e repressão. Estabelece-se no Brasil a profissão sobre mecanismos de assistencialismo, ação de controle social, este sobre o controle do Estado e da Igreja Católica.

As primeiras escolas de Serviço Social surgiram no final da década de 1930, quando se desencadeou no país os processos de industrialização e urbanização. Nas décadas de 40 e 50 houve um reconhecimento da importância da profissão, que foi regulamentada em 1957 com a lei 3252. Acompanhando as transformações da sociedade brasileira, a profissão passou por mudanças significativas. Ocorre um rápido desenvolvimento de grandes instituições sociais o que Iamamoto e Carvalho apontam (2011) como criação de,

Condições para a existência de um crescente mercado de trabalho [...] permitindo um desenvolvimento rápido do ensino especializado em Serviço Social. Paralelamente, implicará um processo de legitimação e institucionalização da profissão e dos profissionais do Serviço Social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 263)

A partir da década de 60, após o golpe militar, acompanhando o movimento da sociedade e do Estado brasileiro, o Serviço Social passa por um profundo processo de modernização.

Netto (2001, p.151-167) nos apresenta três vertentes que se fizeram presentes no processo de renovação do Serviço Social brasileiro: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A primeira vertente é a modernizadora que teve hegemonia até os anos 70, iniciando-se no Seminário de Araxá em 1967 e se consolidando no Seminário de Teresópolis em 1970. Neste período, a profissão volta-se à revisão de métodos e técnicas para adequar-se às novas exigências postas pelo contexto da autocracia burguesa. Essa revisão da técnica, portanto não veio acompanhada da teoria crítica do Serviço Social.

A segunda vertente é a da reatualização do conservadorismo (ou fenomenológica), esta que buscou desenvolver métodos e técnicas diferenciados para a ação profissional, recuperando a herança conservadora da profissão sobre a auto representação da prática profissional a partir do que seus teóricos conceberam como referencial fenomenológico. Esta vertente recupera o que há de mais conservador da herança profissional.

A terceira vertente é a intenção de ruptura que ocorreu de meados da década de 70 até o início dos anos 80. Esta que propõe romper com os traços da herança conservadora herdados pela profissão ao longo do seu desenvolvimento tendo como referência a tradição marxista. Foi através de um pequeno grupo de vanguarda que essa perspectiva remeteu a profissão para sua inserção na sociedade enquanto profissionais comprometidos e conscientes sobre as classes em disputas gerando assim, um inconformismo profissional, tanto em relação à fundamentação teórica quanto da prática desenvolvida. Faz emergir debates e questionamentos que se estenderam não exclusivamente ao que ocorria dentro da profissão, mas principalmente sobre as mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais que a sociedade brasileira enfrentava naquela época e conseqüentemente do modelo de desenvolvimento do capitalismo mundial que impôs à toda a América Latina seu modelo de dominação, exploração e exclusão expressando extremas desigualdades nestes países.

Através do diálogo com a tradição marxista, e ainda com outras Ciências, como as chamadas Humanas e Sociais - Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, Teoria Política - assim foi possível construir objetivos mais amplos para a atuação profissional dos assistentes sociais que ao romper com o caráter conservador, assistencialista e meramente executor, conquista-se novas atribuições no mercado de trabalho, reconfigurando-se numa atividade capaz de decifrar a realidade, produzir conhecimentos e provocar transformações.

Fruto da crítica ao conservadorismo profissional, vivida entre as décadas de 1970 à 1980, discute-se os fundamentos que possibilitarão a consolidação de um projeto profissional crítico que passa a se chamar de projeto ético-político<sup>21</sup> e este aponta novos horizontes para a identidade profissional.

A década de 1990 confere maturidade teórica para a construção do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social brasileiro que sobre o legado marxista ou tradição marxiana referencia-se de forma hegemônica. Discute-se um conjunto de leis e regulamentações que darão sustentabilidade institucional legal ao projeto ético da profissão nos marcos do processo da intenção ruptura com o conservadorismo. Consolida-se em 1993 o novo Código de Ética Profissional, a nova Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares dos cursos de serviço social já nos anos de 1996, as novas legislações sociais que iram referenciar o exercício profissional, vinculando-se à garantia de direitos como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993, a Lei Orgânica da Saúde em 1990.

O Código de Ética de 1993 é considerado como amadurecimento profissional, tornou se aliado na qualificação profissional constituindo-se como

---

<sup>21</sup> Segundo Braz (1998) desde os anos 70, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. A chegada entre nós dos princípios e idéias do Movimento de Reconceitualização deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. É sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, quando, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, trocando-a por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”.

mecanismo de defesa dos assistentes sociais possibilitando a garantia do exercício profissional, com respaldo jurídico consolidado para a profissão.

O Código de Ética do Assistente Social coloca como pilares do projeto ético-político da profissão, seus princípios fundamentais:

- ✓ Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- ✓ Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- ✓ Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- ✓ Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, 1993).

O Serviço Social brasileiro segundo Lamamoto (2005) aparece atualmente como uma profissão consolidada, ganhando visibilidade no cenário atual e sustentado por um projeto que habilita a formular e projetar respostas profissionais para melhor qualificar os sujeitos face à velha questão social e suas novas expressões.

Entretanto, nos últimos anos vivemos uma fase de retrocesso no âmbito societário, do Estado e das políticas sociais. O Serviço Social vem aprofundando o projeto profissional crítico o que o coloca na contra-mão dos processos sociais. Assim Lamamoto (2001, p.140) aponta sobre que indagações são necessárias se fazer para se pensar na construção do projeto ético-político do Serviço Social na cena contemporânea, “ como reforçar e consolidar o projeto ético-político? que perspectivas se apresentam aos assistentes sociais nos âmbitos da formação profissional e do trabalho?

A autora ainda ressalta a importância dessa consolidação, que vem sendo construída requer “remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade”.

Segundo Iamamoto (1998) o perfil profissional demandado na sociedade contemporânea está entrelaçado a três dimensões que devem ser do domínio dos profissionais de serviço social, estão afinadas ao projeto ético político profissional. Tais dimensões são “ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa”, estas que vão direcionar a ação profissional a partir de sua identidade constituída pelo seu projeto ético político profissional.

A autora referencia a relevância de que estas três dimensões sejam apreendidas em sua complementaridade, estas que desenvolvidas de forma isoladas poderão transformar-se em armadilhas para o fazer profissional. E aponta ainda como desafios para a atualidade:

Transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 1998, p. 52)

Nas palavras de Iamamoto (2010) o serviço social brasileiro contemporâneo, apresenta uma feição acadêmico-profissional renovada voltada para a defesa dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida e de sobrevivência, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social, e vale ressaltar que, a maturidade desses elementos se dão pela objetivação e o constante desafio da consolidação do projeto ético político profissional em tempos adversos.

Na contemporaneidade, Iamamoto (2011) argumenta que a questão social é considerada como expressão das desigualdades inerentes ao processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras e sua organização. Portanto o capítulo a seguir irá tratar de um aspecto que está inteiramente relacionado com a questão social – serviço social, questão agrária e movimentos do campo – o que se encontra na base de exigência de políticas sociais públicas que não são de livre acesso. A velha questão social metamorfoseia-se assumindo novas roupagens na contemporaneidade. Portanto segundo Iamamoto (2005), faz-se necessário para os profissionais;



Re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo. lamamoto (2005, p. 75)

O reconhecimento do embate profissional possibilitará novas perspectivas profissionais para ir além da imediatividade posta pelas instituições empregadoras exigindo na contemporaneidade o que lamamoto (2009, p. 17) aponta como “um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico, que possua uma competência estratégica e técnica capaz de decifrar a realidade sobre a qual incide sua ação profissional”.

### **3. Acampamento Dom Tomas Balduino e as demandas ao Serviço Social**

Ao Compreender o serviço social como trabalho assalariado e ou profissional que vende sua força de trabalho, ligado diretamente a contradição entre capital/trabalho, assim como já sinalizado por lamamoto (2011), a inserção profissional no âmbito agrário demanda espaços sócio-ocupacionais para se efetivar. Portanto, ao tratar do Serviço Social e suas possibilidades de inserção no âmbito agrário, há que considerar essa questão. No que se refere ao objeto desse trabalho que é o Acampamento Dom Tomas Balduino e as potenciais demandas ao Serviço Social que se apresentam nesse espaço, há que considerar que o seu enfrentamento deverá se dar pela via institucional, como afirma lamamoto (2011).

Vários autores apontam pela frágil inserção do Serviço Social no âmbito agrário e isso se dá muito em função da ausência do Estado e de políticas sociais voltadas a atender as demandas da população do campo.

Nessa direção, e com base no trabalho de Ferreira (2015), que realizou pesquisa acerca da relação do Serviço Social e questão agrária fazendo um balanço dos avanços no âmbito da formação e do exercício profissional, identificamos alguns espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social que permitem uma relação com o espaço agrário são bem diversos.

Como afirma a autora, tradicionalmente o assistente social vem se inserindo no âmbito agrário e desenvolvendo atividades junto à população do campo através de quatro áreas, que são: “O magistério ou docência superior, a assessoria técnica e extensão rural a consultoria e a Política de Assistência Social através do CRAS” Ferreira (2015, p. 148).

A autora segue ainda especificando de que forma se afirmariam esses espaços de atuação;

O magistério em Serviço Social ou docência como é denominada constitui-se como uma área de atuação que é respaldada pela Lei de Regulamentação da profissão, a Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Em seu artigo 5º, inciso V temos a seguinte descrição como atribuição privativa do assistente social: “assumir no magistério de Serviço Social tanto ao nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções

que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular”. (FERREIRA, 2015, p.148)

### No âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural,

Ainda que não seja exclusivo, este é um espaço propício para a atuação do assistente social, visto que a amplitude de questões possibilita a atuação tendo como elementos as diferentes políticas sociais (saúde, educação, habitação, assistência social, crédito, dentre outras), tornando este, um espaço, ainda mais desafiador para o profissional. (FERREIRA, p.148)

Assim como aponta a autora hoje, as principais instituições que tem em seu quadro de profissionais assistentes sociais que trabalham no meio rural são: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – e outras entidades que prestam assistência técnica dependendo dos estados da federação, a Assistência Técnica ocorre ainda via cooperativas de prestação de serviços.

Essa forma de inserção no campo são geralmente via empresas institucionais que contratam profissionais de serviço social. Suas intervenções às vezes não chegam diretamente aos sujeitos envolvidos, ficando apenas na assessoria, está que também é assegurada no código de ética da profissão.

Outro elemento relevante do profissional de Serviço Social dentro de tais instituições, é que mesmo sendo assistentes sociais, estes ocupam outros cargos, o que as vezes pode desqualificar a prática da profissão, como busca de garantia e efetivação de direitos, caracterizando assim uma perda da identidade profissional.

No âmbito da Consultoria Ferreira (2015) aponta,

A consultoria na questão agrária e no âmbito da pesquisa está fundamentada na já referida Lei de Regulamentação da Profissão, que estabelece respectivamente em seus artigos 4º e 5º, as competências e atribuições privativas do assistente social. No artigo 4º inciso VII tem – se que compete ao assistente social “prestar assessoria e consultoria a

órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo 22”, esta competência é complementada pela especificação feita no inciso III do artigo 5º que orienta a “assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social”. (FERREIRA, 2015, p.148)

A atuação na política de Assistência Social se daria no âmbito dos serviços, Relativos a esta política são ofertados através dos equipamentos públicos formados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) e por entidades sem fins lucrativos formando a rede de proteção social. Aliado à estrutura dos CRAS e dos CREAS, tem-se a rede de entidades sem fins lucrativos. (FERREIRA, 2015, p.148)

A configuração dessas áreas que ampliam a possibilidade de inserção profissional são frutos do processo de luta e conquistas dos trabalhadores, que ao longo da história deram visibilidade às reivindicações dos trabalhadores do campo. Mesmo que pouco tenha se avançado no sentido de ampliar o acesso dessa população às políticas sociais e o Serviço Social insere-se nessa área de forma bastante frágil, é possível identificar experiências, atuações profissionais, projetos de extensão que contemplam essas demandas o que aponta para um crescimento da inserção do profissional no âmbito agrário. Diante disso, entende-se que os acampamentos seriam um solo fértil para a materialização do trabalho do assistente social. As condições de vida dessa população demonstram que nesse espaço materializa-se, de forma contundente, as manifestações da questão social. Identificar essas demandas e estabelecer os nexos com a questão social e elaborar propostas de intervenção é de fundamental importância para qualificar a ação profissional nesse espaço e ampliar as possibilidades de diálogo com essa realidade. Para essa análise utiliza-se como exemplo o Acampamento Dom Tomas Balduino.

### **3.1 Acampamento Dom Tomas Balduino - um breve resgate de sua história.**

Ao longo da história percebe-se que para todos os processos de resistência, de luta pela terra no Brasil foram de extrema repressão pelo Estado. A luta das famílias na fazenda Santa Mônica no município de Corumbá de Goiás não foi diferente, pois esses trabalhadores só conseguiram a realização da ocupação<sup>22</sup> no dia 31 de agosto de 2014 com muita pressão e políticas sobre o poder do Estado. Como aponta Moura et al (2014),

O ano de 2014 foi marcado por eventos que repercutiram intensamente no cenário nacional, com destaque para as eleições e a copa do mundo. Mas estes eventos não diminuíram os conflitos e a violência que se abateram contra os povos e comunidades da cidade e do campo, ao contrário, acirraram e aumentaram a polarização da luta de classes. Esse processo dinâmico aumentou a disposição de luta dos trabalhadores e trabalhadoras em busca da terra, defesa dos territórios e dos seus direitos. (MOURA, 2014, p.02)

Esses trabalhadores emergem sempre organizados sobre ou através de um movimento, a ocupação de terras na fazenda Santa Mônica, os trabalhadores estavam organizados através do MST.

A ocupação se realizou com cerca de 3.5000 famílias de vários municípios Goianos como: Aparecida de Goiânia, Trindade, Goiania, Anápolis, Senador Canedo, estes municípios compõem a região da grande metrópole de Goiânia. A diversidade cultural entre pessoas expressa a história de pessoas humildes e Sem Terra.

O perfil das famílias presentes no acampamento Dom Tomás Balduino é em sua maioria segundo Moura et al (2014):

Camponeses que trabalham e vivem na e da agricultura, pessoas que viveram períodos – principalmente a infância e adolescência - no campo

---

<sup>22</sup> Como perguntado por Mançano a Stedile em seu livro “A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil (2012)” as ocupações são as que deram vida ao MST, e a luta pela terra, sem elas o MST não nasceria, e sem ela o MST morreria.

e foram forçados a migrar para cidades e, ainda, pessoas que nasceram nas cidades e nunca trabalharam na agricultura. Essa diversidade está refletida também no nível de escolaridade, (desde analfabetos até pessoas que estão em uma pós-graduação) e no nível de envolvimento político, tendo desde uma militância social com experiência em diversos seguimentos da sociedade até pessoas com a primeira experiência de luta. (MOURA, 2014, p.09)

Portanto, o acampamento como mostra o autor “é um espaço de formação humana, de desconstrução e construções de valores e práticas de vivência e experimentação de um novo projeto de vida, de campo e de sociedade”.

A ocupação homenageia o Bispo Emérito da Diocese de Goiás, Dom Tomás Balduino<sup>23</sup>, este que dedicou toda sua vida na luta continua pela efetivação dos Direitos Humanos no Brasil. O fato da ocupação chamou atenção do país, sobre as graves contradições sociais frutos da concentração fundiária brasileira e em especial nestas terras - de propriedade de Eunício de Oliveira<sup>24</sup>, latifundiário, senador e ex-ministro das comunicações do governo Lula.

A ocupação durou seis (06) meses, período esse muito produtivo para as famílias ali presentes. Durante esse período de moradia no local as famílias Sem Terra em pouco mais de 200 hectares resgataram diversas variedades de sementes crioulas, sistemas de controle biológico, consórcios de culturas e etc, Passaram a cultivar aproximadamente 22 culturas diferentes.

No acampamento Dom Tomás Balduino<sup>25</sup> se encontram aproximadamente 3.5000 (três mil e quinhentas) famílias, a grande maioria efetivamente morando

---

<sup>23</sup> Foi um bispo e teólogo católico brasileiro, bispo-emérito de Goiás e assessor da Comissão Pastoral da Terra desde 1975. Teve um papel fundamental dentro da Igreja Católica, nas questões referentes à reforma agrária e aos direitos dos povos indígenas.

<sup>24</sup> É um político, agropecuarista e empresário brasileiro, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

<sup>25</sup> Moura et al (2014) apresenta alguns traços para melhor compreender o acampamento Dom Tomas Balduino, bem como: 1. A propriedade da área está sob controle de um indivíduo que congrega diversas dimensões da burguesia brasileira: poder político e econômico, grande articulação com o poder judiciário e midiático. 2. A área ocupada representa uma pequena parcela de um conjunto de 88 propriedades contíguas declaradas pelo senador à justiça eleitoral. 3. A ocupação é a maior ocupação registrada no Estado de Goiás e foi organizada pelo MST, e é uma das maiores do país. 4. A ocupação foi a que resistiu por mais tempo – 6 meses – antes de ser despejada. 5. Dez dias antes do despejo, o acampamento reuniu apoiadores do movimento de

na ocupação, produzindo uma grande variedade de alimentos orgânicos que servem para alimentação de subsistência das pessoas ali presentes, e ainda para doação a famílias carentes, e para comercialização nas cidades de Corumbá e Alexânia.

Após seis meses de processo de ocupação de parte do Complexo de Fazendas Santa Mônica<sup>26</sup>, na manhã do dia 4 de março, cerca de dois mil policiais realizaram o despejo das três (3) mil famílias Sem Terra, cujo pedido foi expedido pelo juiz da Comarca de Corumbá, Levine Artiaga, acusado de ser alinhado com o senador, além de já ter frequentado a fazenda diversas vezes.

Logo após o despejo das famílias da fazenda ocupada, as mesmas montaram junto ao MST outro acampamento próximo à cidade de Corumbá, onde fica localizado um assentamento<sup>27</sup>, que se encontram famílias organizadas pelo MST. Nesse período o acampamento não deixou de trabalhar seu processo organizativo, trabalhou sobre o processo de massificação do acampamento – trabalho de base<sup>28</sup> - não deixando com que as famílias abandonassem o processo de luta.

O processo de luta pela terra ocorreu em várias tentativas chegando a 02 ocupações na mesma fazenda pelas mesmas famílias, estes com despejos realizados pela polícia, pressão por parte do Estado entre outras. Más como a conquista da terra era o sonho em comum dessas famílias, juntas elas resistiram e realizaram a segunda ocupação no dia 21 de junho de 2015.

O Acampamento hoje se encontra em uma fase bastante adversa, onde os próprios acampados buscam junto com o INCRA fazendas para serem desapropriadas para fins de reforma agrária, e atender as demandas das famílias

---

Brasília, Goiânia, Anápolis e de outros municípios do estado de Goiás, e ofereceu a todos uma grandiosa pamonhada. Foram feitas de 15 a 18 mil pamonhas, com o milho produzido na área deste acampamento, sinal incontestes de sua potencialidade.

<sup>26</sup> <http://www.mst.org.br/2014/09/01/tres-mil-familias-do-mst-ocupam-a-fazenda-santa-monica-do-senador-eunicio-oliveira.html>. Acesso em 17/07/2015.

<sup>27</sup> Dom José.

<sup>28</sup> Trabalho de Base, é um processo permanentemente de conscientização, de esclarecimento, de debate com as bases. É esse trabalho de conscientização e de organização do povo, nas cidades e nas periferias, em grupos de famílias, núcleos de militantes que gera a força organizada, em torno de um mesmo objetivo a conquista da terra para melhores condições de vida.

acampadas. O número de famílias hoje não é diferente do primeiro período de ocupação, as famílias permanecem animadas na luta.

Esse acampamento passou a ser organizado desde o início até os dias de hoje seguindo o processo organizativo em que o MST desenvolve junto a sua base acampada. Esta organização é formada pelos núcleos e os setores e junto a eles os coordenadores, para consolidarem a coordenação do acampamento, tornando assim o processo mais participativo e democrático. Os princípios que norteiam a organização interna são a participação, democracia, divisão de tarefas e direção coletiva, que segundo Moura et al (2014) possibilita a construção do processo de organicidade do acampamento que estão presentes:

Protagonistas, sujeitos construtores de um jeito de organizar uma comunidade de base, uma organicidade que cabem todos, cada um com suas tarefas e responsabilidade, mas unidos um só objetivo. As tarefas vão desde os cuidados com a auto defesa coletiva, ao cuidado com os mais frágeis, principalmente as crianças de pessoas com algumas doenças que precisam de cuidados especiais. É fundamental destacar o protagonismo das mulheres neste processo e da formação de militantes numa combinação de prática teoria e prática. A escola funcionando até o último dia da desocupação. (MOURA, 2014, p.10).

O Núcleo – NB - é uma instância de base no MST, e todos os seus membros deverão estar nucleados. **Sobre seu funcionamento:** Todo o núcleo deverá ter um coordenador e uma coordenadora; deverão estudar pelo menos uma vez ao mês temas como por exemplo; agroecologia, o programa de Reforma Agrária Popular do MST, organicidade e etc, todas as famílias devem participar; O número que compõe o núcleo é entre 10 e 15 famílias, no máximo este deve ser de acordo com o número de atividades desenvolvidas e cada pessoa deve participar dos setores do Movimento; O Núcleo deverá ser um espaço de discussões sobre as preocupações e questões que afetam tanto as famílias, como as instâncias e atividades estaduais e nacionais, a fim de fazer os encaminhamentos necessários para um bom funcionamento do Movimento.



Os Setores organizados no acampamento se baseiam num conjunto de debates já pensados pelo MST nacional, onde cada setor deverá se organizar, elaborar e manter atualizadas as linhas políticas e as suas normas de funcionamento. Cada setor deverá potencializar o fortalecimento da organização, superando o “setorismo”, e compreendendo todos os setores como um conjunto de atividades a serem desenvolvidas por todos e todas.

O processo de luta pela Reforma Agrária, e especificamente a luta de classes exige que todos os militantes e dirigentes entendam a Organização como um todo.

Os principais Setores, organizados no acampamento Dom Tomas Balduino são: Setor de Educação, Setor de Frente de Massas (FM), Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Setor de Saúde, Setor de Formação, Setor de Comunicação e Setor de Finanças, ambos responsáveis pela elaboração e execução de planos de trabalhos específicos de cada um.

### **3.2. Uma breve reflexão acerca das demandas e a inserção do Serviço Social nesse espaço.**

Essa estrutura do Acampamento permite ampliar o processo organizativo e, ao mesmo tempo, possibilita dar visibilidade às demandas sociais e se torna uma grande e importante frente de atuação ou inserção dos profissionais de Serviço Social.

Ou seja, na fase do acampamento, período em que as famílias passam por muitas dificuldades, sem condições de acesso às políticas sociais. Os Núcleos de Base contribuem para a identificação das demandas nessa área que podem ser insumos para o assistente social. Portanto assim como sinalizado anteriormente, o acampamento é um importante espaço de inserção profissional, uma vez que nesse espaço se busca o acesso à direitos, e a processos de articulação com a outra parte da sociedade que interessa o acampamento.

A inserção nesta fase seria no âmbito das informações, apoio e ou assessoria, para que essas famílias fossem sabedoras de seus direitos, o que

lhes é assegurado na constituição, sendo estes desconhecidos muitas vezes por esses sujeitos.

A inserção dos assistentes sociais também podem ocorrer no âmbito de elaboração de projetos para arrecadar fundos para as famílias no apoio a produção, e ainda como asseguradores de direito como saúde e educação que são urgentes e necessários nessa fase de ainda acampamento.

Vale ressaltar que o acampamento é uma das mais importantes fases que as famílias sonham em prol de melhores condições de vida e de permanência no campo. Os assistentes sociais podem ser protagonistas nessa construção, através de um novo fazer profissional, uma vez que se podem elaborar projetos em todos os âmbitos, saúde, educação, produção – aqui ressaltando os programas de políticas públicas como PAA e PNAE - cultura etc, para assim garantir junto com essas famílias a permanência no campo a alegria de se viver e construir novas gerações. Os assistentes Sociais são profissionais que podem mediar á construção de alternativas e estratégias para expandir as capacidades organizativas de um povo que luta por melhores condições de vida.

Essa inserção seria uma forma de protagonizar a consolidação do que está posto no projeto ético político da profissão, de fortalecer a concepção critica do serviço social.

No entanto, e necessário ressaltar, como apontado acima, como desafio para o conjunto da profissão, a forma como seria essa inserção, uma vez que os assistentes sociais são profissionais que vendem sua força de trabalho, portanto são profissionais assalariados. De acordo com o que apontamos acima, algumas possibilidades de inserção profissional do assistente social já vem se efetivando, conforme FERREIRA (2015). No que se refere ao MST, a inserção do assistente social seria difícil, mas por se tratar de uma forte organização que responsável pela implementação de projetos sociais e produtivos e, o que possibilita a inserção de vários profissionais. Entende-se que nesse espaço o assistente social teria uma importante função o que demanda uma maior aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais.

Entretanto, sendo as múltiplas expressões da questão social o objeto sobre o qual incide o trabalho profissional, as demandas do campo são urgentes e

necessárias para o assistente social e, para isso é necessário pensar novas formas do fazer profissional.

A práxis nos acampamentos deve partir do princípio organizativo, de estratégias do conjunto da profissão de enfrentamento a Questão Social, ou seja, das manifestações da questão agrária no campo que refletem hoje uma extrema desigualdade social.

É neste espaço profissional, contraditório, dinâmico e complexo que se inscrevem as demandas sócio-profissionais dos assistentes sociais no campo, imprescindível para o enfrentamento da questão social. Nesse sentido, o projeto ético-político profissional consolidado com a ruptura do conservadorismo tem que ser respaldado e consolidado, para que ultrapasse essas barreiras impostas pela sociedade capitalista.

Os novos tempos atravessam a práxis profissional e exigem a apreensão da realidade da sociedade capitalista, imprimindo novos rumos para a ação do assistente social.

Faz-se necessário refletir como a questão agrária tem sido vista no âmbito da formação profissional pelas universidades públicas e particulares? Como têm ensinado esta temática? Que tipo de iniciativas estão acontecendo nos grupos de pesquisa? Que professores tem fortalecido, estimulado os debates acerca desse tema, a favorecer a continuidade de atuação dos profissionais na questão agrária? E na relação com os movimentos sociais?

Somente a partir da compreensão da realidade do campo que podemos perceber a importância do assistente social no enfrentamento das demandas e necessidades desses sujeitos, demandas e necessidades essas advindas da questão agrária no bojo da velha “questão social” nos rebatimentos cotidianos, ou seja, a luta pela terra, por trabalho, saúde, educação e por melhores condições de moradia, enfim, um movimento de resistência de luta pela vida e em defesa das gerações futuras.

Mas esses profissionais devem ir além das atribuições e ao terem como referência o projeto ético profissional, o mesmo contribuí para fortalecer a mediação entre esses sujeitos para o desenvolvimento da liberdade da justiça

social fortalecendo as capacidades humanas. Assim como sinalizado por Yasbek (2009)

[...] o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares. YASBEK (2009, n/p).

Vale ressaltar o importante desafio que nos coloca que é o de vencer a invisibilidade a cerca do espaço agrário e os movimentos sociais como espaços de atuação. Em especial devido as grandes mazelas de desigualdades em que vivemos – mazelas essas de tempos neoliberais - este como impulsionador das despolitizações das relações sociais, o acirramento às lutas dos movimentos sociais e o debate sobre suas legitimações, na defesa e luta pela terra.

A intrínseca relação entre o Serviço Social e o campo ainda é frágil e precisa ser desenvolvida, mesmo quando o atendimento das demandas ocorra em equipamentos urbanos.

Tais demandas sociais serão explicitadas no campo a partir dos processos de luta e reivindicação da classe trabalhadora, compondo assim a dimensão política da questão social, e na qual suscitará a necessidade de uma intervenção por parte do Estado sob caráter de políticas sociais. É nesta lógica que o Serviço Social começará atender algumas destas demandas sociais dos trabalhadores do campo.

Em relação aos desafios, há muito por fazer no espaço rural/campo, no que tange a garantia e acesso dos direitos sociais e econômicos, e o exercício profissional do Serviço Social terá como possibilidade de inserção esse contexto

contraditório. As lacunas e limites são determinados historicamente pela invisibilidade do campo pelo Estado e pela sociedade. Portanto eis a tarefa desafiadora e coletiva para tal perspectiva de inserção profissional.

E sobre o serviço social ressaltamos o permanente desafio de que esses profissionais devem está em permanente formação crítica e questionadora da realidade, cabendo assim a este profissional o constante desafio de buscar sempre novas formas de atuação e intervenção, visando a implementação de seu projeto ético político e dos parâmetros de atuação. Com isso ressalta-se que as dificuldades de implementação do seu projeto ético político não esteja nas justificativas do “dever ser” da prática profissional, que em tempos de acirramento da barbárie não podemos ficar alheios a esses processos de luta<sup>29</sup> em prol da liberdade, da emancipação e da justiça social, uma vez que estes elementos estão presentes no nosso código de ética que orienta a nossa profissão.

Os desafios postos são imensos e para além destes, o desafio maior a que o assistente social está sujeito, em sua intervenção profissional cotidiana, consiste em romper com a imediaticidade e “contribuir efetivamente para a construção de uma política pública de desenvolvimento para o campo” (Sant’Ana, 2014 apud Ferreira, 2015, n/p).

---

<sup>29</sup> Caso do Acampamento Dom Tomas Balduino.

## **Considerações finais**

As reflexões sobre as configurações do espaço profissional no campo tiveram como base a realidade agrária brasileira, mais especificamente o acampamento Dom Tomas Balduino como espaço de luta dos trabalhadores no enfrentamento ao grande capital.

A experiência de elaboração deste trabalho de conclusão de curso me permitiu que fossem observados elementos que ultrapassam os elementos só do TCC<sup>30</sup> em si, mais que possibilitasse elementos de reflexão que de fato trouxessem elementos inovadores para a prática profissional visibilizando assistentes sociais com trajetória militante sobre o qual é o propósito deste curso de serviço social.

Tendo como tarefa a produção do conhecimento, a profundidade com que a realidade foi retratada nos materiais lidos e também de vivência com o acampamento Dom Tomás Balduino que me possibilitou tecer breves reflexões e contribuições sobre a temática da possibilidade de inserção dos profissionais de serviço social nos acampamentos do MST.

Ao longo dos temas aqui apresentados é recorrente e devem ser destacadas é que há uma forte afirmação por parte de autores renomados do serviço social, da questão agrária dentro do debate das sequelas da “questão social”. Desse modo, a luta pela terra que é fruto da necessidade objetiva dos sujeitos<sup>31</sup> aqui envolvidos se torna algo mais amplo e complexo do que se possa supor, pois reúne inúmeros outros elementos que precisam ser considerados no processo de trabalho dos assistentes sociais que possam se inserir nesse contexto de trabalho.

Outro elemento que deve se destacar é que, nos materiais que tratam do tema do exercício profissional dos assistentes sociais e sua relação com a questão agrária, se orientam pela perspectiva crítica da profissão, contribuindo para fortalecer a luta e organização dos trabalhadores rurais e seu esforço no

---

<sup>30</sup> Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>31</sup> Acampamento Dom Tomás Balduino.

sentido de enfrentar as expressões da questão agrária. Essa atuação está referenciada pela Lei de regulamentação da profissão, pelo Código de Ética Profissional e pela afirmação do Projeto Ético-político.

No entanto nota-se que essa forma de atuação se realiza em sua maior parte, sem que haja nenhum processo de articulação com o conjunto da categoria profissional. Portanto, configura-se um distanciamento e uma fragilidade quanto as possibilidades de inserção e contribuição para uma vinculação dos profissionais de Serviço Social com a questão agrária nos diversos espaços sócio-ocupacionais existentes.

Assim cabe ressaltar a importância desses profissionais para o conjunto da classe trabalhadora, dá necessidade de se fazer conhecer para além do senso comum, da forma como se é colocado pela sociedade para esses profissionais. A necessidade de esclarecimentos sobre o acesso a direitos que lhes são assegurados pela constituição e desconhecidos por esses sujeitos.

Por fim, fica uma indagação para futuros escritos acerca desse tema e da questão social: considerando que a questão agrária expressa hoje fortes mazelas que podem ser consideradas expressões da questão social, não seria importante coloca-la no mesmo patamar das expressões da questão social no espaço urbano? Se for assim, a questão agrária e os processos dela decorrente deveria ser objeto do conjunto da categoria e não somente de alguns pequenos grupos de profissionais.

Este é um debate amplo e frutífero e necessita de novas pesquisas e de novas experiências que permitirão a ampliação da relação do Serviço Social com a questão agrária.

## Referências

ABESS. Formação Profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 168, 1997.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRAZ, Marcelo Moraes. **Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social**. IX CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) em 1998, 20 a 24 de Julho Goiânia-GO.

DAL MORO, Maristela; MARQUES, Morena Gomes. **A relação do serviço social com os movimentos sociais na contemporaneidade**. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.13-47, jan./jun. 2011.

DAL MORO, Maristela Dal. **A luta pela terra como luta pelo trabalho para outro olhar na questão agrária e a relevância da ressignificação conceitual do fenômeno em Serviço Social**. IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia, 1998.

\_\_\_\_\_ **O MST e a luta pela terra**. X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. RJ: 2001.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil**. In CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade social**. Ed. Unesp, 2010.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, DF, 1993.

EINSFELD, Jordana e RIBEIRO, Edalea Maria. A questão agrária e os movimentos sociais do campo – Um tema para o serviço social In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

EINSFELD, Jordana. Serviço social, questão agrária e movimentos sociais do campo -em foco os CBAS. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.



ERLAN, Maria Inocência.; CALAÇA Manoel. Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. Revista IDeAS, v. 4, n. 2, p. 271-306, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes. 2000.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Luzia Amélia. **Serviço Social e Questão Agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social**. 311 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

GARCIA, Severina. Assentamentos rurais: expressão da questão agrária. In **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo II: Reprodução Social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

GOMES, Daniela de Lima: **QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM POLÍTICAS SOCIAIS PARA O CAMPO**. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Alagoas-UFAL. 2014.

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: **A questão Agrária no Brasil, vol. 1**. São Paulo: Expressão popular, 2005. (pg. 147-175). 270

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2011.

**JORDEANA**, Davi; et al. Relações de trabalho do assistente social: a particularidade da inserção no SUAS da Paraíba. II Colóquio nacional sobre o trabalho do Assistente Social MT. 2013.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Os Movimentos Camponeses e as Lutas Camponesas no Brasil**. Capítulo do livro “Os Camponeses e a Política do Brasil” - pgs. 62-80 - Editora Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

MITSUE Morissuwa. **A História da luta pela terra e o MST**. – São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.5. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Formas de Resistência Camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

MOREIRA, Elaine Martins. **A Luta da Reforma Agrária: Assentamento Ireno Alves dos Santos 11 anos de História**. XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Foz de Iguaçu: 2007.

MOREIRA, Leniany Patricia. TCC do Curso de Graduação Tecnólogo em Agroecologia. Lapa-PR, 2010.

MOREIRA, Gilvan Rodrigues. Trabalho de conclusão de curso. Instituto Josué de Castro, Veranópolis, janeiro de 2002.

MOURA, Luiz Henrique Gomes.; VILLAS-BOAS, Rafael Litvin.; MISNEROVICZ, Valdir. **Acampamento Dom Tomás Balduino: Avanços, limites e desafios da luta de massas pela reforma agrária na segunda década do século XXI**. 2014. Mimeo.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **"Cinco notas a propósito da "questão social"**. Temporales, número 3, Brasília: ABEPSS, 2001.

NASCIMENTO, Ana Cristina Peres Albernaz, Gonçalves Valéria da Costa Silva. **Assistente Social: Um Profissional a Serviço dos Direitos, da Cidadania e da Justiça Social**: Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 166-175, 2009.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão Agrária hoje** – 3.ed. – Porto Alegre : Ed Universidade / UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980** / Douglas Estevam (assistente de pesquisa); – vol. 2. São Paulo. Ed Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: **A questão Agrária no Brasil, vol. 6**. STÉDILE, João Pedro (org). São Paulo: Expressão popular, 2013. p.19 - 54.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-163.

**VI Congresso do MST**. Programa Agrário do MST. Fevereiro de 2014.

<http://www.mst.org.br/2014/09/01/tres-mil-familias-do-mst-ocupam-a-fazenda-santa-monica-do-senador-eunicio-oliveira.html>. Acesso em 17/07/2015.